



Trabalhadores, sindicalistas e semana dos museus

Nesta edição do “Memória Viva” é divulgada a exposição “Os trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho”, aberta à visitação pública em março, durante o seminário e oficina pedagógica “Gestão do Tempo e da Forma no Processo”. A mostra contou com 24 autos de processos trabalhistas – do período de 1979 a 1984 – fotografias de diferentes acervos sobre as culturas de rami, café, trigo, algodão, cana-de-açúcar, milho e arroz, bem como ferramentas de trabalho, artesanato, filme e livros sobre movimentos sociais rurais.

Também divulga-se neste número, a 11ª Semana de Museus – Museus (Memória + criatividade) = mudança social, realizada no Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná, em 16 de maio. Na oportunidade, o desembargador aposentado Pretextato Pennafort Tabora Ribas Neto (presidente do TRT-PR / gestão 1997-1999) e o professor Luís Fernando Lopes Pereira, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, proferiram palestra.

O *Memória Viva* publica notícia sobre os autos da reclamação trabalhista nº 1.080/1960, da 1ª JCJ de Curitiba (RO 1519/61-B no TRT-SP e RR 3.273/63 no TST), em que o operário Espedito Oliveira da Rocha, funcionário da Cia. Estearina Paranaense S/A, no exercício de suas atividades como dirigente sindical, foi sumariamente demitido.



Vice-presidente Altino Pedrozo dos Santos (TRT-PR) discursa na solenidade de abertura da 11ª Semana de Museus, realizada no Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná

EXPOSIÇÃO SOBRE O TRABALHADOR RURAL NO CENTRO DE MEMÓRIA

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosemarie Die-drichs Pimpão, abriu a exposição “Os trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho”, em 7 de março de 2013, durante o seminário e oficina pedagógica “Gestão do Tempo e da Forma no Processo”.

Na oportunidade, a magistrada lembrou que nos quase 72 anos de existência da Justiça do Trabalho no Paraná e no Brasil, a predominância demográfica rural só foi ultrapassada nas duas



Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão (presidente do TRT-PR) e José Lázaro Dumont, primeiro presidente da Fetaep

últimas décadas. Segundo ela, a importância, contudo, do setor primário de nossa economia, subsiste. O agronegócio, que alimenta o nosso povo brasileiro e é prevalente na pauta de exportações do país, é uma característica da brasilidade. Finalizo seu pronunciamento dizendo que: "nos anos 70, uma dupla de cantores e compositores emocionou nosso país com versos muito simples, como soem escrever os artistas populares, que prestam reverência às mulheres e aos homens sertanejos do Brasil. É com alguns daqueles versos emblemáticos, de Dom e Ravel, que encerro minha saudação, enunciando: 'obrigado ao homem do

campo, o boiadeiro e o lavrador. Ao patrão que dirige a fazenda, ao irmão que dirige o trator.'"

A seguir, o desembargador aposentado Pretextato Pennafort Taborda Ribas Neto proferiu palestra sobre a sindicalização do trabalhador rural. O magistrado lembrou que, durante as décadas de 1950 e 1960, a maioria da população trabalhadora estava no campo. Naquela época, segundo ele, aconteceram grandes modificações no Brasil. Nos anos de 1963 e 1964, período em que o ministro Amaury Silva esteve à frente da pasta do Trabalho, foram criados cerca de dois mil sindicatos rurais, graças à comissão instituída pelo ministro com a finalidade de analisar a necessidade da criação de sindicatos. Finalizou a palestra dizendo: "o que aconteceu de importante no período é que a Justiça do Trabalho fortaleceu-se. No Paraná, foram criadas mais unidades judiciárias na primeira instância."



Desembargador aposentado Pretextato Pennafort Taborda Ribas Neto

A EXPOSIÇÃO

A mostra contou com 24 autos de processos trabalhistas, do período de 1979 a 1984 – oriundos da então Junta de Conciliação e Julgamento de Cornélio Procópio - tendo trabalhadores das mais diversas atividades agrícolas como partes. Integraram a exposição, ainda, fotografias de diferentes acervos, como o de Jorge Takano – que retratam o trabalhador rural nas plantações de rami. Fotografias das culturas de café, trigo, algodão, cana-de-açúcar e milho, bem como ferramentas de trabalho, artesanato e livros sobre movimentos sociais rurais foram expostos.



O vice-presidente Altino dos Santos (TRT-PR), o ex-presidente da Fetaep José Dumont, a presidente Rosemarie Pimpão (TRT-PR) e o desembargador aposentado Pretextato P. Taborda R. Neto



Ferramentas, artesanato e diversos materiais expostos

O filme "Uraí, boca de bronze", produção e direção de Dayse Newlands, também constou da exposição. O audiovisual registra as atividades da Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados Federais e apresenta trecho da audiência pública em outubro de 1981 para tratar dos acidentes ocorridos no beneficiamento do rami. Contém, ainda, depoimento dos deputados paranaenses Heitor de Alencar Furtado, Osvaldo Macedo e Amadeu Geara; do vereador de Uraí Severino Nunes de Araújo; do presidente do Sindicato Rural de Uraí, João Mariotto; e do secretário de Segurança e Medicina do Trabalho, Osvaldo Oushiro, gentilmente cedido pelo senhor Severino Nunes de Araújo. A exposição ficou aberta à visitação de março a setembro de 2013.

Ficou aberta à visitação de março a setembro de 2013.

EVENTO NO CENTRO DE MEMÓRIA DURANTE A 11ª SEMANA DE MUSEUS

Foi realizado, no Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná, em 16 de maio, evento da 11ª Semana de Museus – Museus (Memória + criatividade) = mudança social.

A audição de piano do servidor Luiz Eduardo de Menezes abriu as atividades da tarde, com as peças: Um acontecimento importante (de Robert Schumann), Romance sem Palavras nº 7 (de Félix Mendelssohn) e Sonata em mi menor, 1º movimento (de Haydn).

A seguir, o vice-presidente do TRT do Paraná, no exercício da Presidência, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, discursou. O magistrado deu início ao pronunciamento citando o poeta Cazusa. "Deixou-nos como um de seus muitos legados um verso extraordinário, em sua música "O tempo não para". Ele nos diz, textualmente: "Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades". E, também, de forma poética, ao final, parafraseou Manuel Bandeira, "conclamo cada um dos participantes a uma viagem, dizendo que não: não vou me embora para Pasárgada, até porque as ruínas da cidade persa estão distantes e não somos amigos do rei."



Des. Altino Pedrozo dos Santos durante pronunciamento

Na oportunidade, o desembargador aposentado Pretextato Pennafort Taborda Ribas Neto (presidente do TRT-PR / gestão 1997-1999) falou sobre os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho. De acordo com o magistrado, "a história do Brasil vale a pena ser pesquisada, vale a pena ser olhada de todos os ângulos". Lembrou que a CLT nestas sete décadas de existência passou pelo processo de atualização apoiada pelos trabalhadores e combatida pela classe empregadora. Fez uma narrativa histórica sobre o governo de Getúlio Vargas e sobre os trabalhos em tempo integral da comissão, integrada pelo ministro Arnaldo Süssekind, responsável pela elaboração da CLT.



Fotografias e autos de processos trabalhistas na exposição sobre trabalhadores rurais

Na oportunidade, o desembargador aposentado Pretextato Pennafort Taborda Ribas Neto (presidente do TRT-PR / gestão 1997-1999) falou sobre os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho. De acordo com o magistrado, "a história do Brasil vale a pena ser pesquisada, vale a pena ser olhada de todos os ângulos". Lembrou que a CLT nestas sete décadas de existência passou pelo processo de atualização apoiada pelos trabalhadores e combatida pela classe empregadora. Fez uma narrativa histórica sobre o governo de Getúlio Vargas e sobre os trabalhos em tempo integral da comissão, integrada pelo ministro Arnaldo Süssekind, responsável pela elaboração da CLT.



Professor Luís Fernando Lopes Pereira - da UFPR

Encerrando o evento, o professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná Luís Fernando Lopes Pereira (doutor em História Social – USP/SP) apresentou a palestra: “Museu e Memória – Trajetória e Desafios”. Citou Jacques Le Goff na abertura de sua explanação. “A memória, como propriedade de conservar certas informações, reenvia-nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas”. Segundo o palestrante “a transmissão da memória dá-se através da narrativa.

O professor falou sobre os diversos tipos de museus existentes no mundo e o processo de criação desses. Citou, ainda, que no Brasil, um dos marcos voltados à preocupação com a questão cultural foi a Semana de Arte Moderna. O palestrante lembrou, na oportunidade, que o Museu Paranaense é um dos mais antigos do Brasil. Inicialmente na Praça Carlos Gomes - hoje no São Francisco. Ao final, o professor lembrou que as mudanças tecnológicas são importantes para os arquivos. Indagou, na ocasião, como fazer a guarda de material digital, ressaltando que é de suma importância a preservação da memória.

VISITAÇÃO PÚBLICA

Alunos do curso de História da Pontifícia Universidade Católica do Paraná participaram do evento da 11ª Semana de Museus e de visitação pública no Centro de Memória. Na ocasião, a chefe da Seção de Memória, Maria Eunice Rodrigues da Silva, explicou os trabalhos realizados pela unidade visando à preservação de processos históricos e à memória do Judiciário Trabalhista do Paraná. Os acadêmicos puderam visitar, na oportunidade, a exposição “Os trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho”, aberta em março deste ano.



Alunos do curso de História da PUCPR conhecem o Centro de Memória

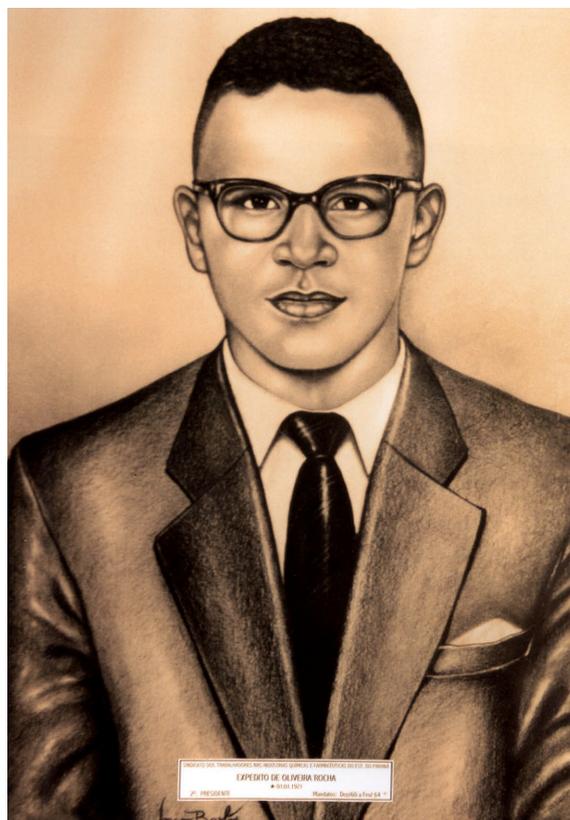
ESPEDITO: UM SINDICALISTA HISTÓRICO

Em nossos dias, os representantes sindicais, eleitos pelos seus iguais em associações de classe, organizados em sindicatos reconhecidos tanto pelos trabalhadores quanto pelos empregadores e pelas instituições públicas responsáveis, têm prestígio no meio que atuam, gozando de relativa liberdade para a concretude de suas funções. Exercem seu papel de representante dos trabalhadores, convivendo com associações patronais e autoridades do poder público, em defesa e benefício de seus pares, dentro das normas e leis que regem a prática do dirigente sindical. Também desempenham atividade de suma importância para o relacionamento entre trabalhadores e empregadores, em meio a uma complexa gama de inter-relações e convívio no mundo do trabalho, com as contradições inerentes à relação entre capital e trabalho que observamos em nossa forma de organização social.

Não obstante as atuais condições em que a representação sindical encontra-se, a organização dos trabalhadores nem sempre foi livre e independente no desempenho de suas atividades, sofrendo diversas formas de assédio e repressão ao longo do tempo. A conquista desses direitos foi resultado da luta e da organização dos próprios trabalhadores, que, mesmo com o respaldo da lei, lutaram na justiça para o cumprimento às determinações da CLT e de outras normas que regulavam a relação entre capital e trabalho no Brasil.

Caso emblemático encontra-se nos autos da reclamação trabalhista nº 1.080/1960, da 1ª JCJ de Curitiba (RO 1.519/61-B no TRT-SP e RR 3.273/63 no TST), em que o operário Espedito Oliveira da Rocha, funcionário da Cia. Estearina Paranaense S/A, no exercício de suas atividades como dirigente sindical, foi sumariamente demitido, tendo desrespeitadas as condições que lhe permitiam exercer suas atividades como representante sindical classista, legalmente eleito.

Admitido na empregadora como operário em 01/07/1957, foi eleito diretor tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos para fins Industriais, de Produtos Farmacêuticos, Sabão e Velas, de Explosivos, Tintas e Vernizes, Adubos e Colas, Lavanderias e Tinturarias do Vestuário de Curitiba, no pleito de 07/11/1958. Empossado no respectivo cargo em 09/11/1958, foi, ainda, indicado como delegado deste sindicato à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, exercendo o mandato desde fevereiro de 1959. No entanto, de acordo com a argumentação patronal, o trabalhador teria descumprido um regulamento da empresa, ao se retirar da seção de trabalho dirigindo-se à oficina para solicitar a intervenção de um mecânico. Foi questionado sobre o ocorrido pelo diretor-gerente e respondeu-o de forma grosseira e insolente. Assim, foi demitido no mesmo dia, 12/09/1960, de forma sumária e sem aviso prévio, não sendo observada sua condição de dirigente sindical em exercício legal de mandato.



Retrato da juventude de Espedito Oliveira da Rocha

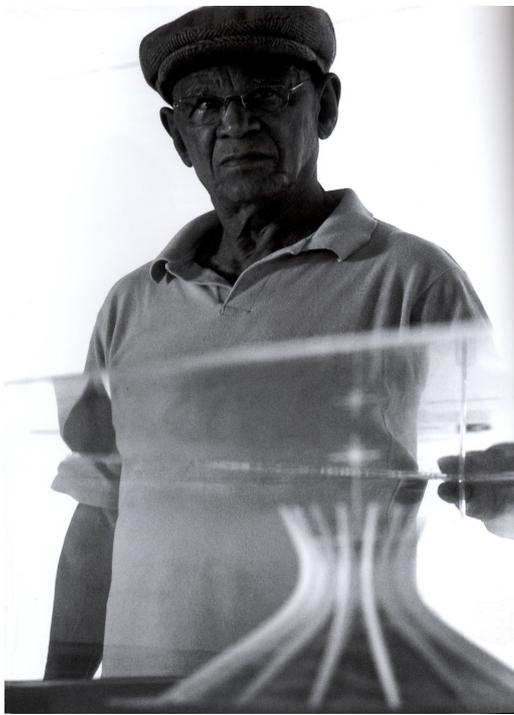


foto de Curitiba, década de 50

A Curitiba dos tempos de Espedito

A partir do ajuizamento da ação, travou-se verdadeira batalha, dentro e fora dos tribunais, pelo direito à estabilidade provisória garantida em lei, quando do exercício do mandato sindical. Na primeira instância, vencido o vogal dos empregados, Alderico dos Reis Petra, a ação foi julgada improcedente, em 05/05/1961, pela JCJ de Curitiba, presidida pelo juiz Júlio Assumpção Malhadas, sob o argumento da divergência quanto às orientações da jurisprudência, deixando em aberto a interpretação a respeito da forma como se estabelece tal estabilidade (art. 543 da CLT).

Fato que causou grande estranhamento, ainda na primeira instância, foi o requerimento oficiado pela reclamada, no qual solicitava certi-



Esposito, diante da maquete da Catedral de Brasília no MON, em Curitiba

dão sobre comportamento do reclamante, encaminhado à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), bem como relatório sobre possíveis atividades subversivas nas quais teria envolvido o operário em questão. Este ato da reclamada - mesmo com a negação do Delegado da DOPS, argumentando que as informações constantes nos fichários dos arquivos eram de interesse exclusivo da chefatura de polícia - causou grande comoção e indignação das entidades sindicais em todo o país. Foi tema na imprensa geral e operária por considerável período, criticando a violação do direito constitucional de liberdade política, já que a exigência de atestado de ideologia política não tinha qualquer amparo na legislação.

Seguindo a batalha pela estabilidade provisória e pelos direitos trabalhistas fundamentais, foi interposto pelo autor recurso ordinário, encaminhado ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (ao qual a Justiça do Trabalho do Paraná estava vinculada). O parecer da Procuradoria do Trabalho, na pessoa do procurador do trabalho adjunto substituto Paulo Chagas Felisberto, foi pelo provimento do recurso e pelo reconhecimento da estabilidade, devendo o operário ser readmitido em suas atividades e receber seus salários em atraso. No Acórdão nº 3.874 de 05/12/1961, que teve como relator o juiz José Ney Serrão, sendo vice-presidente o juiz Homero Diniz Gonçalves, por maioria de votos, vencido o juiz Wilson de Souza Campos Batalha, foi dado provimento ao recurso e determinada a imediata reintegração do reclamante ao emprego, com direito ao pagamento dos salários não recebidos até aquele momento. Não se conformando com a decisão do TRT da 2ª Região, que garantia a estabilidade provisória ao dirigente sindical, salvo comprovação de falta grave por meio de inquérito judicial, o empregador apresentou recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho. Fundamentado na jurisprudência predominante e hegemônica sobre a questão, pautado no bom senso e na ação da justiça em conformidade com as leis de nosso país, o TST negou provimento ao recurso, por unanimidade de votos, respaldado pelo parecer da Procuradoria, na pessoa do procurador Marco Aurélio Prates de Macedo, em Acórdão de 12/05/1964, que teve como relator o ministro Aldilio Tostes Malta, sendo presidente o ministro Starling Soares.

Após quase cinco anos de luta e persistência, foi alcançado o que de direito já havia sido conquistado socialmente, pois esta condição de estabilidade do trabalhador dirigente sindical já constava da lei, sendo confirmada pela decisão judicial prolatada pela Justiça do Trabalho, que cumpria com seu papel social e institucional. A coragem do operário Espedito Oliveira da Rocha, que, mesmo sofrendo múltiplas formas de pressão, constrangimento e privação, perseguiu seu objetivo, com apoio de seus companheiros, cumprindo a tarefa que havia assumido, quando eleito dirigente sindical, demonstra-nos a importância da organização dos trabalhadores para a exigência do cumprimento das leis que regulam as relações entre capital e trabalho.

Pesquisa e redação: Dyener Fracaro. **Supervisão:** Maria Eunice Rodrigues da Silva.

Boletim Memória Viva | Expediente

Ano II, nº 1 | 1º Semestre / 2013

Tribunal Regional do Trabalho do Paraná Centro de Memória

Presidente: Rosemarie Diedrichs Pimpão
Vice-presidente: Altino Pedrozo dos Santos
Corregedor Regional: Dirceu Buys P. Junior

Redação, edição e fotografia:

Seção de Memória do TRT-PR

Responsável: Maria Eunice R. da Silva
Projeto Gráfico: Emerson Silva (estagiário)

Contato: memorial@trt9.jus.br

